

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS - PREOCUPAÇÕES E ESPERANÇA

A última edição de 2022 da Sociedade em Debate ocorre em um momento ímpar para a história brasileira, às vésperas da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, eleito em outubro de 2022. Esta apresentação não tem a pretensão de se constituir em um texto propriamente acadêmico, configurando-se mais como análise conjuntural, além de expressar um sentimento paradoxal que possa ser indicativo de temas para as próximas edições da Sociedade em Debate.

O título acima reflete minha percepção, apoiada em análises realizadas por cientistas do campo social, publicadas em blogs progressistas sobre o momento atual e as perspectivas futuras para o Brasil. Expressa, igualmente, um misto de preocupações, ao reconhecer os limites de um governo constituído por uma frente partidária ampla diante do caótico cenário atual, e de esperança, diante das primeiras iniciativas após a vitória. Importa marcar que foi uma vitória com

recortes muito claros, que foram captados pelas pesquisas: de gênero, em que mulheres majoritariamente escolheram Lula; de raça, em que brancos votaram em peso em Bolsonaro; de classe, que fez com que aqueles que ganham até dois salários-mínimos rejeitassem o governo atual; regional, que demarcou o Nordeste como garantidor da vitória de Lula (LEITE, 2022).

Após um longo período, desde o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do comando do país, com retrocessos incomensuráveis em diferentes áreas, ataques à democracia, à cidadania e, sobretudo, aos sistemas de proteção social de competência do governo federal, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva propicia um alento de esperança para a população que o elegeu.

A esperança, entretanto, vem acompanhada de receios e preocupações, em face das dificuldades de se recuperar as conquistas obtidas nos campos democrático, da participação popular e dos direitos sociais. Além das dificuldades mencionadas, não se pode olvidar a polarização existente na sociedade brasileira, expressa em manifestações violentas, próprias de comportamentos terroristas, por grupos armados avessos aos preceitos constitucionais. Tal polarização incide nas esferas ética e política e nos pressupostos civilizatórios que orientam a construção de uma nação. As conquistas civilizatórias alcançadas até o século XXI foram derruídas pelo governo de Jair Bolsonaro, mediante o constante e sistemático negacionismo e belicismo, o descrédito na ciência, o racismo, a misoginia e o ataque incisivo a comportamentos supostamente contrários aos valores familiares.



À luz destes elementos, dois projetos societários distintos podem ser situados: um inclusivo, referenciado em valores humanitários como a igualdade, a democracia, a justiça social e a participação popular, e o outro estruturado na retirada de direitos, no esvaziamento do Estado em seu compromisso com a democracia e a cidadania, centrando-se na defesa da liberdade econômica irrestrita e no individualismo, conforme expressa a professora Sônia Fleury em recente entrevista a Gabriela Leite, do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde: “[...]o Estado deve servir apenas como poder coercitivo e produtor de uma economia financeirizada – a liberdade do *todos contra todos*” (2022). A igualdade como valor é desconsiderada e, em troca, as ações públicas orientam-se pela meritocracia, independentemente de outras questões que impulsionam o mérito pessoal.

Intimamente relacionado com o apontado acima, outra apreensão diz respeito à força e à influência do rentismo no ordenamento do pensamento nacional, incluindo sobremaneira a comunicação social corporativa e sua capacidade de tornar palatáveis as medidas contrárias aos interesses populares, modelando a opinião de amplas parcelas da classe média em defesa do setor financeiro predatório e do mercado como centro da sociabilidade capitalista.

Os elementos acima são conhecidos, mas não esgotam as ações que castigaram severamente outros aspectos da vida do povo brasileiro, e que vêm sendo denunciadas nas mais diversas áreas por estudos e pesquisas acadêmicas, além da mídia mais crítica, nacional e internacional. Destaco, nessa apresentação, a contribuição dos periódicos da área 32 – Serviço Social, os quais, sem exceção, vêm publicando sistematicamente a ocorrência da redução de direitos, da participação popular, as atitudes racistas e xenofóbicas e as privações impostas às classes populares.

Por que pensar em esperança? Algumas atitudes iniciais da equipe de transição do governo eleito para o período de 2023 a 2026 podem ser apontadas no sentido do retorno de questões tão caras e que se articulam ao Código de Ética Profissional do Serviço Social e incidem sobre as distintas faces das desigualdades sociais existentes no Brasil.

A primeira foi o convite às organizações da sociedade civil e lideranças do campo social para discutirem os pontos pertinentes para uma retomada imediata das ações imprescindíveis nos primeiros 100 dias do novo governo. As reuniões realizadas contaram, em vários momentos com a participação do presidente eleito; outras com integrantes da Comissão de Transição. Os vários grupos setoriais que colaboram para um diagnóstico por área de atuação do governo ouviram sugestões para o delineamento de ações de intervenção estatal. As reuniões foram relevantes, não tanto pelo que se discutiu, mas porque parecem sinalizar para a retomada do protagonismo social quanto ao diagnóstico do país, cancelado durante o governo de Jair Bolsonaro. O retorno ao debate amplo, como vem sendo feito, com a participação política com lideranças do campo democrático, pode ser uma salvaguarda contra atitudes autoritárias, pois as tentativas de minar internamente o poder não estão superadas.

O segundo aspecto foi a repercussão positiva da vitória de Luís Inácio Lula da Silva no plano internacional, que certamente esvaziou projetos golpistas mais densos de cancelar a eleição e a posse do presidente eleito, embora tenham permanecido protestos e questionamentos ao resultado das urnas. Estes, inicialmente pacíficos, assumiram posteriormente uma face violenta, como a tentativa de invasão da Superintendência da Polícia Federal e a queima de veículos no Distrito Federal. O apoio de líderes internacionais também fortalece a possibilidade do reingresso do Brasil como uma liderança política de peso no mundo ocidental, superando seu isolamento nos debates nos últimos anos. Esse reconhecimento abre novas portas no campo da cooperação internacional em pesquisas e projetos conjuntos, essenciais para o avanço do conhecimento em todas as áreas, além de ampliar e favorecer a balança comercial.

O terceiro aspecto foram as escolhas ministeriais para áreas relacionadas ao social e direitos humanos. Nesse quesito, há grandes destaques a se comemorar. O primeiro foi a escolha da Ministra da Saúde, Nísia Trindade, socióloga, pesquisadora, professora universitária e presidente da FIOCRUZ desde 2017. Anteriormente a esta escolha, já se identificava a preocupação do presidente eleito com o setor da saúde, ao participar de uma reunião com lideranças defensoras do Sistema Único de Saúde – SUS, para debater os grandes gargalos identificados no âmbito sanitário. Nessa reunião houve o compromisso do futuro presidente em abordar três temas – gestão da pandemia, vacinação e coberturas vacinais, e qualificar o acesso às consultas, exames e tratamento de alta complexidade para pacientes do SUS. A escolha da Ministra foi celebrada por sua competência ética, técnica e política e seu alinhamento às lutas e valores, conforme assinala o Frente pela Vida, constituído por associações historicamente comprometidas com o SUS, como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e a Rede Unida.

A escolha do professor e advogado Silvio Almeida é outro destaque expressivo. Escolhido para assumir o Ministério dos Direitos Humanos, Almeida é especialista em direitos humanos e relações raciais, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua produção bibliográfica e intensa participação política na defesa dos direitos humanos. É presidente do Instituto Luiz Gama, que reúne acadêmicos, juristas e ativista em defesa e garantia de direitos para os negros e outras minorias. O Ministério de Desenvolvimento Social será ocupado por Wellington Dias, escolhido não somente por sua ligação com o PT desde longo tempo, mas principalmente pela competência na gestão no governo do Piauí por quatro mandatos. Sua intervenção técnica e política alterou a posição do Estado quanto ao desenvolvimento social e econômico, comprovada pela posição no IDH.

A recriação e criação de outros Ministérios são igualmente fatores que contribuem para a esperança na nova gestão. Ressalta-se, especialmente pela importância na luta contra a violência de gênero, a indicação, para o Ministério da Mulher, da jornalista e ativista Cida Gonçalves, que já

participou como Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em gestões petistas anteriores.

A criação do Ministério dos Povos Indígenas é relevante por duas razões – conferir um protagonismo legal e institucional aos povos originários e a escolha de Sonia Guajajara como sua primeira Ministra. A indicação reconhece o papel central desta indígena maranhense pela permanente denúncia junto às organizações multilaterais e sobre as violações de direitos dos povos indígenas no Brasil.

A instituição do Ministério da Igualdade Racial traduz, igualmente, a atenção à uma situação na qual, infelizmente, o Brasil ocupa um lugar de destaque – o da desigualdade racial. A indicação de Anielle Franco simboliza a recusa da impunidade das violências praticadas, tanto em relação à população negra como aos que ameaçam as mulheres que se destacam na luta política. A futura Ministra é mestre em Jornalismo, em Inglês e em Relações Étnico-Raciais, e cursa doutorado em Linguística Aplicada na UFRJ.

Embora sejam inúmeros os motivos para ter esperança, há que se levar em conta o cenário partidário e a gestão de uma frente ampla com interesses tão diversos e antagônicos em alguns temas. Superar os obstáculos para construir bases consensuais que possam reverter em ações concretas do Estado, da ampliação da esfera pública e garantir minimamente a governabilidade em situação tão adversa, serão os focos que condensarão toda a ação política e técnica da futura gestão. A esperança é que seja um governo com potência suficiente para evitar o retorno do ultraneoliberalismo em 2026, o que dependerá também da ação dos sujeitos, da construção de uma consciência crítica e do fortalecimento da participação popular.

Vera Maria Ribeiro Nogueira
Dezembro de 2022.

REFERÊNCIAS

LEITE, Gabriela. Sônia Fleury: um caminho para superar o bolsonarismo. *In: Outra Saúde*. Publicado 10/11/2022 às 11:22-Atualizado 23/12/2022 às 20:22. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasaude/sonia-fleury-um-caminho-para-superar-o-bolsonarismo/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MARTINS, Antonio. TMM: As sociedades contra a ditadura financeira. *In: Outras Palavras*. Disponível em <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-teoria-monetaria-moderna-contra-a-ditadura-financeira/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PODER 360. **Lula fecha lista de 37 ministros, com 26 homens e 11 mulheres**. Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/lula-anuncia-16-ministros-e-conclui-formacao-de-novo-governo/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

NARVAL, Paulo Capel. **Saúde**: rumos da transição. A terra é redonda. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/saude-rumos-da-transicao/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Vera Maria Ribeiro Nogueira
veramrn@gmail.com

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.